

Processo de empoderamento de pescadoras artesanais e beneficiadoras do pescado: um estudo de caso da comunidade Vila do IPA – PE

Marco Gonçalo de Almeida Chagas¹
Jorge Luiz Schirmer de Mattos²

¹ Especialista em Convivência com o Semiárido na Perspectiva da Segurança e Soberania Alimentar e da Agroecologia (UFRPE). Engenheiro de Pesca (UFRPE). E-mail: mgac7@yahoo.com.br.

² Doutor em Zootecnia. Email: js-mattos@hotmail.com.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq/MCT/INSA. Ao NAC da UFRPE.

RESUMO

Objetivou-se analisar o impacto do beneficiamento do pescado na promoção do empoderamento das mulheres pescadoras e beneficiadoras de pescado no semiárido pernambucano. A realidade vivenciada pelas mulheres enquanto elemento constitutivo do processo de empoderamento evidenciou ganho de autoestima, aumento da renda e consumo advindos da adoção da técnica de beneficiamento do pescado. Contudo, está longe de ser considerado um empoderamento virtuoso, em função da prática centralizadora da direção da associação, subserviência à figura do atravessador e pouco acesso das associadas à educação formal e não formal. Qualquer mudança efetiva nesse quadro deverá implicar necessariamente em outra postura frente aos interesses particulares de poucos que vêm se locupletando no poder a revelia do conjunto da maioria dos/as associados/as. Ademais, uma assistência técnica contextualizada e continuada, bem como uma maior presença do estado poderão contribuir para o avanço do processo de empoderamento dessas mulheres, bem como da associação como um todo.

Palavras-chave: Empoderamento; Gênero; Associativismo; Pesca e beneficiamento.

Proceso de empoderamiento de pescadoras artesanales y beneficiadoras del pescado: un estudio de caso de la comunidad Vila do IPA – PE

RESUMEN

Se objetivó analizar el impacto del beneficiamiento del pescado en la promoción del empoderamiento de las mujeres pescadoras y beneficiarias de pescado en el semiárido pernambucano. La realidad vivenciada por las mujeres como elemento constitutivo del proceso de empoderamiento evidenció ganancia de autoestima, aumento de la renta y consumo provenientes de la adopción de la técnica de beneficiamiento del pescado. Sin embargo, está lejos de ser considerado un empoderamiento virtuoso, en función de la práctica centralizadora de la dirección de la asociación, subordinación a la figura del atravessador y poco acceso de las asociadas a la educación formal y no formal. Cualquier cambio efectivo en ese marco deberá implicar necesariamente en otra postura frente a los intereses particulares de pocos que vienen locutiéndose en el poder a no ser del conjunto de la mayoría de los asociados. Además, una asistencia técnica contextualizada y continuada, así como una mayor presencia del estado, pueden contribuir al avance del proceso de empoderamiento de esas mujeres, así como de la asociación como un todo.

Palabras clave: Empoderamiento; Género; Asociativismo; Pesca y beneficiamiento.

INTRODUÇÃO

Segundo Valoura (2006, p. 2) a palavra empoderamento assume o sentido de “autorizar, permitir, dar poder a, e tonar possível”. Para Duque-Arrazola (2004) o termo em português empoderamento, retomado do espanhol *empoderamiento* que é uma tradução para *empowerment*, tem origem anglo-saxônica e deriva do verbo empower. Assim, o termo empoderamento passou a assumir o sentido de “dar poder, conceder a alguém ou exercer poder”. De acordo com uma consistente revisão de literatura realizada por Horochovski e Meirelles (2007) o conceito de empoderamento foi utilizado inicialmente em meados da década de 1960 nos Estados Unidos da América pelos movimentos civis emancipatórios. Uma década depois o termo empoderamento passou a ser utilizado pelo movimento negro e o movimento feminista.

Um enfoque de gênero³ é dado por Oliveira (2004a), ao conceituar empoderamento:

O empoderamento consiste na importância de aumentar o poder e controle sobre as decisões e problemáticas que determinam a vida. Refere-se ao poder de defesa das especificidades das mulheres da luta da igualdade com os homens no acesso a direitos e aos espaços deliberativos. (OLIVEIRA, 2004a, p.66)

Segundo Valoura (2006) o conceito de empoderamento recebeu influência do educador Paulo Freire, que atribuiu um significado particular no âmbito das correntes filosóficas e da educação, ao considerar o termo empoderamento como um fenômeno que ocorre a partir de um processo exógeno e endógeno.

Para Horochovski e Meirelles (2007) empoderamento está relacionado a autonomia, de modo que o indivíduo ou grupo apresenta-se autônomo sobre as decisões que interferem em si ou no grupo ao qual fazem parte considerando aspectos políticos, econômicos, identitários ou psicológicos e sociais. Esses elementos apontados por Horochovski e Meirelles (2007) são corroborados por Oliveira (2004a) mediante um recorte psicológico, político e social. A noção de empoderamento econômico defendida por Horochovski e Meirelles (2007) assemelha-se a noção de empoderamento social apontada por Oliveira (2004a), na medida em que reforça a importância do trabalho, geração de renda e acesso a recursos como elementos fundamentais para garantia de uma vida digna.

Segundo Costa (2012, p.7) o empoderamento está relacionado ao “mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam o controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência de suas habilidades e competências para produzir, criar e gerir”. O resultado disso resulta não raro no fortalecimento dos vínculos identitários, valorização das experiências locais e articulação territorial como forma de resistência.

Nesses espaços de resistência, de dinâmicas locais e territoriais e de processos de empoderamento encontra-se a Comunidade da Fazenda Saco I localizada no município

³Numa perspectiva feminista as relações de gênero envolvem um conjunto de atributos construídos culturalmente para definir os papéis a serem representados por homens e mulheres em cada sociedade. (SANTOS e BUARQUE, 2006).

de Serra Talhada, semiárido do estado de Pernambuco, que via Associação de Pescadores/as vem desenvolvendo atividades agrícolas e pesqueiras⁴ e beneficiamento⁵ do pescado, cujo protagonismo tem um envolvimento significativo de mulheres pescadoras e beneficiadoras. É da experiência dessas mulheres que trataremos no presente estudo, com o propósito de investigar a seguinte questão: Até que ponto a introdução de uma técnica de beneficiamento do pescado têm contribuído para o empoderamento das mulheres da Associação dos Pescadores do Açude Saco I? Para responder a essa indagação analisou-se as contribuições das inovações técnicas no âmbito das dinâmicas sócio-produtivas como elemento constitutivo do empoderamento do grupo e os aspectos psicológicos, econômicos, sociais e políticos desse empoderamento.

OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo configurou-se metodologicamente como um estudo de caso, que refere-se a investigação de uma situação específica, que pode ser um grupo, uma comunidade que tomará como foco um acontecimento em especial, uma situação ou conflito (LAVILLE e DIONNE, 1999). Este estudo de caso foi subsidiado por uma pesquisa de enfoque qualitativo a partir de uma “compreensão detalhada no que se refere aos significados e características situacionais apresentadas pelos/as entrevistados/as no decorrer da pesquisa” (RICHARDSON, 1999, p.90). A pesquisa envolveu dois momentos complementares:

No *primeiro momento*, outubro de 2011, foi realizado um diagnóstico utilizando-se ferramentas do diagnóstico rural participativo (DRP) proposto por Verdejo (2007): construção da linha do tempo, mapa social, diagrama de venn. Também foram feitas observações *in loco*, conversas informais, leituras e fichamentos de bibliografias sobre a realidade da comunidade local. Os dados coletados foram sistematizados na forma de cartilha, formato escolhido pelos participantes da experiência, intitulada: *Beneficiamento do pescado: instrumentos para convivência com o semiárido e complemento de renda*. Dando continuidade ao estudo de caso foram feitas reuniões e entrevistas com pescadoras e beneficiadoras para complementar os dados gerados na sistematização.

No *segundo momento* foi realizada, de modo planejado, uma pesquisa bibliográfica para o “conhecimento das diferentes formas de contribuição científica que se realizam sobre determinado assunto ou fenômeno a ser estudado” (OLIVEIRA, 2004b, p.119). A pesquisa bibliográfica apresentou-se como elemento fundamental para subsidiar a reflexão crítica junto ao estudo de caso. Na sequência, definiu-se a amostra do universo de pesquisa que foi constituído por dois homens e sete mulheres (totalizando nove entrevistados/as) vinculados/as às atividades da associação e construiu-se o roteiro de entrevista semi-estruturado. Por fim, em junho de 2012, realizaram-se as entrevistas⁶ que posteriormente foram transcritas, tabuladas e analisadas.

HISTÓRICO DA VILA DO IPA E DA ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES

Entre as décadas de 1920 e 1930 surgiu na Fazenda Saco I. Tratou-se de uma comunidade formada por trabalhadores, que viviam em condições precárias (sem acesso a trabalho, condições dignas de moradia, saneamento básico, serviços públicos de saúde, educação, dentre outros) e por outras pessoas que viviam da pesca artesanal no local. No final desse período parte da fazenda foi adquirida pelo governo do Estado de Pernambuco e transformada em uma estação experimental do IPA, conforme depoimento a seguir:

⁴Atividades pesqueiras são as ações que envolvem desde a captura até a comercialização do pescado *in natura*. (ABDALLAH e BACHA, 1999).

⁵Beneficiamento refere-se ao emprego de procedimentos de higiene no preparo dos alimentos, incluindo um conjunto de princípios e regras para uma correta manipulação, a fim de possibilitar a saúde do consumidor. (GALVÃO, 2010).

⁶As entrevistas foram gravadas com aparelho digital. Esse procedimento foi consentido pelos/as entrevistados/as. Na ocasião também acordamos em usar nomes fictícios para referenciá-los no presente artigo.

Antes da chegada do IPA o dono dessas terras era o “Chico da Sopa”, que depois vendeu para o Estado. Mas bem antes disso quem mandava aqui era o Coronel José Pereira. Diziam que era tudo uma coisa só, mas depois a área foi dividida. Diziam que só tinha a casa do Coronel, que era como uma casa de fazenda. O resto era umas casinhas de palha e outras feitas um acampamento com lona. Os trabalhadores eram quase escravos. Eles trabalhavam e não recebiam em dinheiro. Existia um galpão onde recebiam comida, uns quilinhos de coisa para cada um. (Maria - Beneficiadora de Pescado).

Com a chegada do IPA foram realizadas obras de infra-estrutura como galpões, escritórios, biblioteca, estação de piscicultura, dentre outras, e também as casas dos funcionários. A infraestrutura do IPA atraiu outros trabalhadores que também prestavam serviços ao IPA, mas de forma temporária, e moradores antigos que viviam da pesca no açude Saco I. Assim se formou o que é hoje denominada de comunidade Vila do IPA, dentro da localidade conhecida como Fazenda Saco I. A partir de então, os/as moradores/as desta localidade e de outras proximidades foram atraídos pela oferta de emprego, segundo relato de uma das moradoras:

Mamãe disse que morava no Xique-xique e veio pra cá quando o Estado comprou a fazenda. Naquele tempo o que se via era umas máquinas grandes desmatando as matas brutas. Ela contou que as primeiras casinhas foram construídas quando o Estado começou a chamar gente de fora pra trabalhar aqui. Traziam as pessoas de Xique-xique e botavam para trabalhar. O Estado fazia as casinhas para os trabalhadores, mas no início não eram casas de tijolo e sim de pau-a-pique. Com o tempo foram sendo construídas às casinhas de tijolos e a vila foi se formando. (Severina - Beneficiadora de Pescado).

De acordo com os moradores vivem atualmente na comunidade 50 famílias. Alguns dos moradores são funcionários e/ou têm parentes que trabalham no IPA. Outros trabalham com a pesca artesanal e o beneficiamento do pescado e têm nessas atividades a principal fonte de renda. Essa renda, em alguns casos, é complementada pela aposentadoria e/ou outros benefícios sociais como a bolsa família.

Em 1994 foi criada a Associação dos Pescadores do Açude Saco I, conforme depoimento de um dos associados:

Criamos uma associação em 1994 e hoje somos em torno de cento e oitenta e cinco associados, entre homens e mulheres, beneficiadores e pescadores. (Antonio - Pescador).

Ocorre que o objetivo da criação de associações, na maioria das vezes, está mais relacionada a captação de recursos do que a construção de uma instituição alicerçada na cultura e nos princípios de cooperação.

Segundo Callou (2006), o Estado tem estimulado a mobilização e participação da população, principalmente as localizadas no meio rural, por meio de diferentes formas de

organização social como conselhos, sindicatos, fóruns, associações, entre outras, para, então, viabilizar estratégias promotoras de desenvolvimento local. Mas para comunidades com pouca assistência ou sem acesso às políticas públicas qual seria o verdadeiro interesse do Estado em apoiar ou permitir a criação de Associações? Talvez essa seja uma forma de o Estado ausentar-se de suas responsabilidades e seus deveres que seriam delegados a estas instituições. De acordo com Dagnino (2002):

[...] como parte da estratégia do Estado para a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil. Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington.

A associação foi criada, por homens e mulheres envolvidos no trabalho produtivo⁷ da pesca e do beneficiamento do pescado.

Em geral os homens se ocupam da pesca e as mulheres do beneficiamento. Mas existem mulheres que se ocupam da pesca. Em um universo de cento e oitenta e cinco pessoas dezenove estão envolvidas com o beneficiamento. Destas, dezessete são mulheres, o que poderia configurar um caso típico de divisão sexual do trabalho. Segundo Santos e Buarque (2006) a partir da construção dos papéis sociais de gênero as mulheres desenvolvem atividades vinculadas ao trabalho reprodutivo e compete às mulheres a execução de atividades semelhantes às realizadas no espaço doméstico. Nesse caso parece ser o beneficiamento do pescado.

Desde o início da criação da associação esteve à frente da diretoria uma única pessoa, que se tornou o seu primeiro presidente, e de lá para cá nunca mais deixou de estar à frente das decisões, que muitas vezes caberiam ao conjunto dos associados, mesmo quando não era mais presidente ou quando assumiu o cargo de vereador em Serra Talhada. Ele foi o responsável pelos primeiros contatos para a comercialização, como pode ser visto no próximo depoimento:

No início ele (o presidente) fez um contato ai com a prefeitura e alguns colégios para fazer esse filé, entregar e se fosse aprovado continuar a distribuir. (José – Pescador)

Em suas gestões ocorreu o acesso às políticas públicas para a comercialização da produção, a aquisição de equipamentos para o beneficiamento do pescado, o registro de alguns pescadores garantindo-lhes renda em época de defeso⁸, benefícios previdenciários, uma maior visibilidade junto aos gestores públicos, capacitações, dentre outros benefícios. Contudo, a associação parece ter sido criada com o intuito principal de acesso às políticas públicas sem a preocupação de se desenvolver uma cultura democrática e uma prática associativa baseada na cooperação e solidariedade. A busca e a conquista de alguns benefícios parece ocultar o caráter pouco democrático da gestão. A fala de uma das associadas a respeito da associação parece confirmar esta afirmação:

⁷ A atividade produtiva está relacionada a produção de bens e serviços, que envolvem extração, cultivo, transformação e comercialização. Essas atividades produzem valor de troca e valorizam o extrato da população que a ela se dedica. (SANTOS e BUARQUE, 2006, p. 28).

⁸ Período do ano onde é proibida a caça ou a pesca, geralmente em períodos de reprodução, como medida para que a espécie não corra risco de extinção e possa recuperar sua população.

[...] tem as carteirinhas que se elas vierem mesmo vai melhorar muito a nossa vida, pelo menos na parada não é? Tem o projeto que é o Compra direta ou o da Conab, não sei qual dos dois. Mas se vier vai melhorar muito nossa situação porque hoje estamos parados por conta desse projeto que estamos sem acesso (Terezinha - Pescadora).

Isso provavelmente deu origem a constituição de uma entidade culturalmente viada no assistencialismo e centralizada, com pouco espaço para a participação e decisões coletivas. O depoimento a seguir da associada Terezinha reflete esta situação de subordinação dos associados ao referir-se as tentativas de resolução de problemas da associação sob o comando do ex-presidente:

[...] não marcamos reunião, é quando ele chega mesmo. Ai nós dizemos: olhe está acontecendo assim, isso, isso, e mais isso. Ai se ele aceitar, diz está certo, mas se ele não aceitar, diz que não dá certo não. (Terezinha - Pescadora).

A decisão final parece ser do ex-presidente e não do coletivo de pescadores/as. Isso provavelmente poderá estar relacionado ao prestígio e respeito adquirido pelo ex-presidente ao longo dos vários anos em que esteve na direção da entidade, mas principalmente ao fato dele monopolizar o processo de comercialização do pescado, atuando como intermediário ou atravessador. Parece que o antigo presidente ao sair da presidência e do contexto do trabalho, pois deixou de ser pescador e passou a morar na cidade e chegou a ocupar o cargo de vereador, levou consigo o poder de negociar o pescado deixando a associação e os pescadores fragilizados. E desse modo o foco, o espaço de poder e o poder de decisão migraram para outro lugar, ou seja, para as mãos de quem negocia o pescado e não do conjunto dos/as associados/as. Por certo o acesso à informações privilegiadas, o bom relacionamento com o poder público local devem estar contribuindo para a perenidade do ex-presidente no comando das atividades pesqueiras na comunidade da Vila do IPA. Já o atual presidente da associação, não sendo pescador e nem beneficiador do pescado, com a gestão em final de mandato, encontra-se em condições desfavoráveis para comandar as atividades da entidade, alegando a pouca participação dos associados.

OS DESAFIOS DA PESCA E DO BENEFICIAMENTO DO PESCADO

Antes da criação da Associação dos Pescadores do Açude Saco I a comunidade local já desenvolvia atividades pesqueiras principalmente com tilápia (*Oreochromis niloticus*) e em menor proporção com corró azul (*Geophagus brasiliensis*) e piaba (*Astyanax bimaculatus*). Contudo, a falta de infraestrutura, principalmente de energia elétrica inviabilizava a conservação do pescado por um período maior, apesar de utilizarem o método de conservação por salga⁹. Essa realidade é confirmada pelos/as associado/as nos depoimentos a seguir:

[...] O sal era usado para o peixe não estragar [...] (José – Pescador)

Não tínhamos energia. Quando chegamos aqui, só tinha energia em uma das repartições do IPA, o resto era à base de luz de candeiro [...] ninguém tinha geladeira e nem freezer [...] assim,

⁹ Técnica que consiste na adição de sal e exposição ao sol (em alguns casos) para conservação do pescado.

vendíamos o peixe salgado. (Terezinha – Pescadora)

Associada a dificuldade de conservação do pescado que se tornava distante do mercado consumidor em função da falta de transporte para a entrega do pescado aos postos consumidores. Isso tudo deixava os/as pescadores/as vulneráveis a ação dos atravessadores¹⁰, que compravam o pescado por um valor bem abaixo do mercado.

A falta de infraestrutura obrigou os/as beneficiadores/as a utilizar produtos químicos, que são proibidos por lei, para o controle de insetos, no beneficiamento do pescado. Tudo isso para garantir a conservação do pescado entre o momento do beneficiamento e o da comercialização, segundo relato dos envolvidos:

Antes nós pescávamos e vendíamos os peixes para o atravessador. Tratávamos o peixe, que era pequeno, e vendíamos como piaba. Antes de vender secávamos os peixes no sal e também colocávamos neocid¹¹ para espantar os insetos. (Terezinha – Pescadora)

Não sabíamos que o neocid poderia fazer mal para as pessoas e também ninguém passava mal por isso. (Margarida - Beneficiadora de Pescado)

Esses depoimentos revelam a falta de informação sobre os danos que esses produtos químicos podem causar a saúde dos/as próprios/as pescadores/as que manipulam o pescado e também dos consumidores/as, bem como suas implicações do ponto de vista de segurança alimentar e nutricional¹². Mas isso tudo, evidentemente, em um contexto de vulnerabilidade da população local, sem acesso a condições essenciais para a garantia de uma vida digna (alimentação, educação, trabalho, habitação, entre outras), fato que está expresso no depoimento de um dos pescadores:

Nós não tínhamos condições de comprar nada na época, pois a venda do peixe só dava para comer. (José – Pescador)

Desta forma ficam evidenciadas as precárias condições enfrentadas pela comunidade de pescadores/as antes da criação da associação, que comprometiam a sobrevivência e o desenvolvimento de seu trabalho. As dificuldades ainda existem e de outras formas, porém hoje os associados contam com um mínimo de infra-estrutura e condições de trabalho que lhes permite uma vida menos indigna.

O COTIDIANO E O NÃO ESPAÇO DAS MULHERES

O cotidiano dos/as pescadores/as e beneficiadores/as compreende um conjunto de atividades que envolve desde as tarefas reprodutivas ou domésticas, especialmente no caso das mulheres, e as produtivas com a pesca e o beneficiamento do pescado.

As pescadoras iniciam o trabalho produtivo mais cedo, pois ainda de madrugada preparam rapidamente o café para o desjejum e seguem para a pesca no açude. O trabalho das beneficiadoras depende do pescado e, portanto, inicia normalmente mais tarde com a chegada dos peixes. Desta forma as beneficiadoras ocupam boa parte da manhã com o trabalho doméstico.

¹⁰ Atualmente tem sido significativo o número de estudos que tem revelado a forte atuação dos atravessadores em regiões da mata norte, agreste e semiárido pernambucano. (MACIEL, 2012).

¹¹ Inseticida recomendado para o controle de insetos, principalmente moscas e piolhos.

¹² “A Segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. (BRASIL, 2006, p.4).

A rotina diária tanto das pescadoras quanto das beneficiadoras, além do trabalho que gera a renda, inclui as responsabilidades de preparar as refeições; manter a casa arrumada; cuidar dos filhos, ou seja, alimentá-los, mantê-los limpos, levá-los à escola, dentre outras atividades. Essas responsabilidades atribuídas às mulheres não são poucas e nem simples, mas são invisibilizadas pela sociedade porque não são atividades econômicas ou, melhor dizendo, não geram renda. Observa-se aí um componente cultural muito forte, dado a prevalência dos costumes baseados no patriarcado principalmente nas áreas rurais, que impõem às mulheres uma condição subalterna e submissa à tradição e as obriga a aceitar o “destino” da responsabilidade do lar. E desta forma estas mulheres acabam reproduzindo uma jornada dupla de trabalho.

Segundo Pastore et al. (2006),

no meio rural as relações de gênero desiguais são mais visíveis e se manifestam de forma mais aparente, devido ao forte conservadorismo ainda presente nas famílias e na cultura rural, principalmente ligadas às questões religiosas e de origem étnica, que constituem valores patriarcais que mantém a figura masculina com superioridade. A análise sobre relações de gênero na agricultura nos remete a uma importante discussão sobre a o papel culturalmente atribuído à mulher, como mãe e esposa “responsabilizada” pelas atividades domésticas, em contraposição a idéia de “ajudante” nas atividades produtivas, muitas vezes compreendidas como prolongamento das atividades domésticas. (PASTORE et al., 2006, p.2).

No âmbito da esfera pública a participação das mulheres da associação tem sido pouca, se não irrisória. Toda a negociação comercial dos produtos vem sendo feita a partir da representação masculina, através da figura do ex-presidente da associação e do atual. Do ponto de vista político não é diferente, pois não ocuparam ainda nenhuma posição de destaque. A presidência da associação passou apenas pelas mãos dos representantes masculinos independente dos mandatos.

De modo geral não houve e não se percebe um maior envolvimento ou participação dos associados em lutas reivindicatórias por políticas públicas, sobretudo no caso das mulheres, que estão sujeitas a uma tradição patriarcal em que os direitos e posições das mulheres vêm depois das dos homens. Isso demonstra certa falta de compreensão e amadurecimento sobre a importância e a necessidade da luta política para se conquistar os benefícios básicos a que têm direito. Talvez esta situação tenha a ver também com a forma com que foi criada e constituída a Vila do IPA, com reflexos na Associação. Parece que os moradores da Vila foram acostumados ao assistencialismo, cujas necessidades básicas, na falta do poder público, eram atendidas pela gestão da unidade experimental do IPA. Essa proximidade com o IPA talvez se deva ao fato de muitos moradores serem funcionários ou ex-funcionários, parentes de funcionários ou trabalhadores eventuais que residem no entorno da unidade experimental.

O RELATIVO EMPODERAMENTO DAS PESCADORAS E BENEFICIADORAS

O empoderamento psicológico

Horochovski e Meirelles (2007) definem empoderamento psicológico como os recursos responsáveis pelo aumento da autoestima dos sujeitos e de seu auto-reconhecimento de um ponto de vista ético-cultural. De forma mais detalhada Oliveira (2004a) conceitua empoderamento psicológico como:

A percepção da força individual, manifestando-se em um comportamento autoconfiante. É muitas vezes resultado de uma ação vitoriosa nos domínios social ou político, embora possa resultar também de um trabalho intersubjetivo. O sentimento de pertença, o resgate da auto-estima, os processos empáticos no grupo, a valorização de cada integrante interferem na auto-imagem. O aumento da auto-estima relaciona-se à mudança de mentalidade dos participantes do grupo em relação às suas capacidades, a apreensão da realidade, a participação no processo decisório, ao acesso à qualificação, a ampliação de suas capacidades de trabalho e a agregação de renda. (OLIVEIRA, 2004a, p. 68)

Na experiência das mulheres da Associação dos Pescadores do Açude Saco I observamos algumas evidências de um empoderamento psicológico, ainda que isso não seja algo generalizado. Neste caso a auto-valorização e o auto-reconhecimento são elementos presentes nos depoimentos das mulheres. A seguir alguns relatos que confirmam esse entendimento:

A minha participação no trabalho da associação eu acho muito boa porque não há críticas a respeito, e quando a gente falta eles ficam perguntando por mim. Porque se não formos trabalhar o pessoal diz que sem a gente o negócio não anda, pois os mais novos não têm o mesmo rendimento. (Maria da Conceição - Beneficiadora de Pescado).

Eu me sinto muito feliz, para mim eu sou uma pessoa tranquila. Sinto-me muito bem lá porque quando a gente está em um trabalho que gostamos nos sentimos muito bem, acho que se aumentasse mais a renda eu não gostaria de sair nunca, pois eu me sinto muito bem no meu trabalho, não tenho dificuldade nenhuma com ninguém (Terezinha - Beneficiadora de Pescado).

Acho que é um trabalho muito importante e bom porque a gente ajuda muita gente, ajuda as crianças que estudam. Esse trabalho que fazemos lá com o filé tem que ter todo o cuidado para tirar os espinhos. A gente beneficia assim porque vai para o colégio, para supermercado, distribui para todo canto. Por isso eu acho que é um trabalho muito importante (Zélia - Beneficiadora de Pescado).

A satisfação com trabalho e a função que exercem, a compreensão da importância e da dimensão do papel que ocupam no grupo e em certa medida na sociedade e o fato de serem reconhecidas por isso, provoca nas mulheres sentimentos de auto-confiança, autoestima e reconhecimento próprio, que lhes confere certo grau de empoderamento

psicológico.

Outro aspecto que chama atenção para um empoderamento de ordem psicológica dessas mulheres está ligado a sua relativa autonomia financeira que as permite contribuir com o orçamento familiar. Nesse processo, ter voz na tomada de decisão junto à família é um elemento de ordem fundamental para o empoderamento (OLIVEIRA, 2004a). Pois quando as mulheres contribuem na composição da renda familiar sentem-se motivadas a participar do processo de tomada de decisão. Neste caso parece que há um exemplo de que é mais do que isso, ou seja, passou-se a decidir de forma autônoma o destino da aplicação de sua renda que não se restringe a gastos com a casa ou com a família, mas para si própria. Isso está patente no depoimento a seguir, embora não seja a realidade de todas as mulheres:

Eu ajudo meu marido na feira porque o ganho dele é pouco [...] Ai vem roupa, e outras coisas. Antes quando a gente pescava o meu dinheiro era para roupa, calçado, remédio, tudo. Mas hoje, graças a Deus dá pra eu gastar comigo [...] eu faço dele o que eu quiser (Terezinha - Pescadora).

Os depoimentos de Terezinha revelam a estreita relação entre empoderamento psicológico e econômico, pois o acesso à renda apresenta-se como um elemento fundamental para o aumento da autoestima na medida em que garante certo grau de autonomia financeira e poder de decisão no âmbito familiar.

O empoderamento econômico

Horochovski e Meirelles (2007) defendem o aspecto econômico como mais um dos fatores que contribuem para o alcance do empoderamento pelo indivíduo ou grupo. Questões como acesso ao trabalho, renda e consumo são importantes, pois garantem condições mínimas de sobrevivência sem as quais os indivíduos não conseguiriam agir com autonomia e não teriam capacidade de mobilização individual ou coletiva.

De acordo com Maciel (2009) o que caracteriza o empoderamento econômico é a geração de renda, o acesso a recursos financeiros e a autonomia relacionada ao controle dos mesmos. Porém, especificamente no caso de mulheres, o acesso a recursos financeiros pode ser considerado um instrumento que favorece a autonomia e a emancipação (GUE-RIN, 2005).

A dinâmica produtiva das mulheres componentes da Associação dos Pescadores do Açude Saco I, compreendida no âmbito da pesca e do beneficiamento evidencia distintos entendimentos e realidades sobre os aspectos econômicos:

O depoimento a seguir é dado por uma das mulheres que trabalha apenas com o beneficiamento do pescado:

É uma ajuda muito boa, R\$ 180,00; 160,00; 100,00 é o dinheiro que a gente recebe aqui. Mas é uma ajuda muito boa. Esse dinheiro é muito importante, pois meu marido ganha muito pouco. São R\$600,00 e quando tem um desconto recebe R\$500,00. Ai quando faço a minha feira a gente fica praticamente sem

nada para outras coisas, energia, botijão e tudo mais (Zélia - Beneficiadora de Pescado).

Já no caso das mulheres que trabalham com a atividade da pesca obtivemos o seguinte posicionamento:

O dinheiro que eu ganho aqui é importante porque eu ajudo meu esposo e me ajuda também. Porque eu tenho os meus sonhos para serem realizados, de comprar um objeto para eu andar, uma casinha para eu não ficar humilhada no que é dos outros. [...] É uma parte muito importante da renda da família, pois tem meses que eu faço dois tantos do dinheiro do meu esposo, às vezes até mais. (Terezinha - Pescadora)

Os recursos provenientes do trabalho das mulheres representam uma menor participação na composição de renda familiar no caso das beneficiadoras, e uma contribuição significativa, senão principal, em se tratando das pescadoras. Esses recursos são usados pelas mulheres para atender as necessidades básicas da família (como alimentação, saúde, serviços, habitação, entre outras) e, eventualmente, as suas necessidades pessoais e desejos individuais. A seguir alguns depoimentos que reforçam a idéia de que a renda das mulheres é destinada principalmente para atender as necessidades básicas da família:

O dinheiro só dá para pagar a energia e comprar umas coisinhas simples. Não dá nem para fazer uma feira, só pra comprar uma fralda para o menino (Ana - Beneficiadora de Pescado).

O dinheiro é usado para fazer feira. A segunda coisa que eu estou juntando e vou terminar se Deus quiser, é a minha casa. Eu estou construindo só com o meu dinheiro no terreno que minha mãe me deu. Já está em ponto de laje. Só com o dinheiro daqui não tem de outro canto não. É só daqui. E já tenho uma motinha graças a Deus, só com o dinheiro da pesca [...] (Zelia - Beneficiadora de Pescado).

Eu compro roupa e a carne que falta dentro de casa. Pago alguma prestação que estiver devendo, compro remédio do menino, a energia. [...] é bem dizer para tudo. (Severina - Beneficiadora de Pescado)

Esse cenário também revela uma situação de divisão sexual do trabalho¹³, ou seja, ao trabalho cujas características aproximam-se das atividades domésticas é conferido menor valor monetário, que é o caso do beneficiamento do pescado, enquanto as atividades da pesca, tradicional e majoritariamente desenvolvidas pelos homens, são conferidas maiores remunerações. Ainda mais revelador e não menos importante é a constatação de que nos vários depoimentos as próprias mulheres atribuíram um menor valor ao seu trabalho ou à renda dele derivado, considerando-os como uma simples “ajuda” ou complemento de renda àquela percebida pelo esposo ou companheiro, mesmo nos casos em que ganham mais.

¹³ A divisão sexual do trabalho estabelece uma hierarquia entre o valor do trabalho produzido para garantir diretamente a vida das pessoas e do trabalho produzido para gerar bens e serviços (nem sempre necessários á vida das pessoas), acessados, pelas pessoas, através do mercado (SANTOS e BUARQUE, 2006, p.27).

O empoderamento Social

Segundo Oliveira (2004b, p. 71), empoderamento social “compreende o acesso à informação, ao conhecimento, a participação em organizações sociais e aos recursos financeiros. Refere-se aos níveis educacionais e ao acesso a outras técnicas laborais”.

A realidade das mulheres pescadoras e beneficiadoras da associação é de pouco acesso ao ensino formal, pois a grande maioria apresenta um nível de escolaridade baixo. Apenas uma das entrevistadas informou ter concluído o ensino médio:

Estudei até a segunda série, mas não aprendi nada, só o nome mesmo. Minha mãe morreu cedo e eu tive que ajudar a criar meus irmãos (Ana – Beneficiadora de Pescado).

Eu fiz até a oitava série. Tive que parar de estudar por que tinha que cuidar da casa e dos meus filhos. (Zelia – Beneficiadora de Pescado).

Os depoimentos acima remontam situações bem conhecidas no meio rural, em que as mulheres têm que abdicar dos estudos escolares em decorrência do compromisso que lhes é imposto pelas atividades domésticas. A desistência dos bancos escolares muitas vezes está também associada a posição subalterna a que as mulheres estão submetidas no núcleo familiar, que as proíbe de continuarem seus estudos. Esses dois aspectos podem ser considerados grandes entraves para a efetivação do processo de empoderamento dessas mulheres. E parecem estar mais presentes quando se trata de mulheres pobres (OLIVEIRA, 2004a):

As mulheres empobrecidas dificilmente acessaram a escolaridade. Muitas cursaram alguns anos e por motivos econômicos acabaram se afastando dos estudos para cuidar dos irmãos pequenos, pessoas idosas ou doentes na família. A partir do momento que passaram a ter seus companheiros as dificuldades de acessar a educação referem-se a proibição dos maridos ou ao cuidado com os filhos. (OLIVEIRA, 2004a, p.70).

Em meio a esse cenário o depoimento de uma das entrevistadas é emblemático quando afirma:

[...] Eu tenho fé em Deus de eu ir ainda para universidade. Mas não deu ainda. O esposo não gosta não, pois é mais a noite e eu não tenho tempo durante o dia. Aí ele não quis não, mas eu tenho vontade de estudar. Se fosse mais próximo de casa aí eu ia. Ele não ia ter como proibir. E tem gente que quando bebe fica mais chata. Aí para não ter confusão eu parei de estudar. Tenho vontade de continuar para melhorar minha vida [...] (Tereziinha - Pescadora).

A realidade dessas pescadoras não é diferente em se tratando de educação não formal: pouco acesso a orientação técnica e quando ocorre se dá de forma pontual. O pouco de capacitação que receberam parece ter sido por intermédio do IPA e do ex-pre-

sidente. Mas, talvez, uma capacitação continuada, pudesse qualificá-las melhor para o trabalho e para repassar seus conhecimentos e divulgar suas habilidades com a filetagem junto a outras comunidades, conforme mencionado em um dos relatos:

É. Porque no ano passado vieram nos procurar para fazermos fora, para poder ensinar. Ai foi importante porque só quem sabe fazer somos nós, em outros cantos o povo não sabe fazer. (Severina - Beneficiadora de Pescado).

Os elementos expostos por Dona Severina evidenciam, por um lado, a importância e o reconhecimento do conhecimento local, mas por outro lado, também apontam para a necessidade da qualificação profissional de modo a potencializar as dinâmicas do trabalho e ampliar o raio de atuação desses/as pescadores/as. Nesse caso, para que haja empoderamento social é de fundamental importância o acesso à informação, a assistência técnica e extensão rural e a educação continuada, conforme deliberações da I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (MDA, 2012).

Sem o acesso à educação formal e não formal dificilmente essas mulheres terão condições de uma maior incidência na representação política, na tomada de decisões e de ascensão social. Daí a importância também dessa educação ser de qualidade, pois é um requisito fundamental para o empoderamento das mulheres do ponto de vista social (LISBOA, 2008).

O empoderamento Político

Nas palavras de Oliveira (2004a, p.73) empoderamento político está relacionado a “expressão da tomada de decisão, na apropriação do poder, de ter vez na ação coletiva”. Maciel (2009, p.116) acrescenta que empoderamento político “significa uma organização coletiva para que sejam promovidas mudanças sociais”.

Para Horochovski e Meirelles (2007, p. 499) o empoderamento político se traduz na:

participação ativa, consciente e eficaz nas decisões que afetam os indivíduos e grupos envolvidos. Além de uma cultura política democrática, informação e razoáveis níveis de sofisticação política e capital social, esses recursos são fortalecidos pela existência de um desenho institucional e uma estrutura de oportunidades políticas em que a participação cidadã não se restrinja a processos eleitorais para escolha de representantes, mas que preveja a existência de mecanismos formais de participação mais direta e contínua no controle (accountability), formulação e implementação de políticas.

A avaliação da Associação dos Pescadores indicou alguns entraves ou dificuldades para a participação dos associados nas instâncias de decisão, mais especificamente no caso das mulheres. Dentre as dificuldades podem ser citadas: a centralização do poder nas mãos da presidência (representação masculina) e pouca ou insuficiente presença e parti-

cipação das mulheres nas reuniões e no processo de tomada de decisão. Os depoimentos seguintes ilustram essa situação:

[...] a gente toma a decisão junto, todo mundo. Eu mesmo fico calada, mas os outros decidem quem é que quer [...] (Severina - Beneficiadora de Pescado)

Eu fico só observando o que eles vão dizer, mas para eu dizer é fulano, não, eu fico calada porque eu não gosto não. E para mim o que eles disserem, é isso e pronto! Eu não vou dizer não. Ou que esteja bom ou que esteja ruim [...] (Ana - Beneficiadora de Pescado)

[...] reúne todo mundo e comunica [...] quem aceita diz que está certo quem não aceita [...] só que nunca mais houve reunião de Associação não. A escolha é feita com a concordância de todos. Nem todos participam da reunião não. Mas quem vai para reunião, participa, fala. Assim quem não tem vergonha de ficar falando fala. Agora quem tem fica só calado ouvindo. Eu mesma quando vou para as reuniões não falo nada, fico só ouvindo. Mas quem quiser participar, quem quiser falar pode. (Ana - Beneficiadora de Pescado)

De acordo com Veiga e Rech (2001) essa realidade pode ser considerada um dos problemas mais frequentes em organizações associativas, pois é muito comum os/as associados/as acatarem, sem questionar, o que dizem os dirigentes. E nesse processo perde-se a oportunidade de discutir e encontrar as melhores propostas para soluções de problemas concretos vivenciados pelos associados e associadas.

Outro entrave mencionado pelas mulheres entrevistadas refere-se a inexistência da partilha dos ganhos e a falta de transparência da prestação de contas. A omissão de informações tem dificultado a construção do processo de empoderamento do grupo e ferido a legitimidade, a legalidade e os princípios que devem fundamentar a organização da associação. Essa organização corre o risco de perder o seu caráter associativista, se já não o perdeu, que deveria estar pautado nos princípios da democracia, solidariedade, viabilidade de interesses e objetivos comuns. Os seguintes relatos ilustram as fragilidades da associação, por exemplo, em relação a prestação de contas:

Isso nós não sabemos, nem participamos da decisão sobre o que vai ser feito, não sabemos nem para onde é que vai. Nem nós e nem os pescadores sabem o que é feito do dinheiro (Luiza - Beneficiadora de Pescado).

Só dizem que o dinheiro está guardado. Mas não dizem o que é que faz com ele. As vezes dizem que precisou de comprar isso. Que comprou aquilo, mas ninguém sabe de nada. Por exemplo, quando foram abrir a conta botaram meio mundo de dificuldade (Ana - Beneficiadora de Pescado)

A atual conjuntura vivenciada pela Associação dos Pescadores do Açude Saco I inspira cuidados, pois ela corre o risco de “...se transformar em um instrumento de dominação e exploração por parte do poder instituído e assim tornar-se um meio para alienar e massificar pessoas, colocando-as a serviço dos interesses de poucos” (VEIGA e RECH, 2001 p.32). É imperioso portanto que se busque mecanismos que estimulem uma posição “crítica e consiente entre os associados que garanta os princípios e os objetivos de uma gestão democrática e transparente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A introdução de uma nova técnica para beneficiamento do pescado na associação dos pescadores, por si só não desencadeou um processo virtuoso de empoderamento, ou seja, não alcançou todas as dimensões do empoderamento. Isso porque esse processo compreende um âmbito multidimensional que envolve um conjunto de mudanças nas esferas psicológica, econômica, social e política, para além dos aspectos técnicos e/ou produtivos. Não obstante, o beneficiamento do pescado, enquanto atividade constituinte das práticas da Associação dos Pescadores do Açude Saco I, contribuiu positivamente e em certa medida, para o empoderamento psicológico e econômico das mulheres da associação, conforme pode se verificar a seguir:

1) psicológico – o auto-reconhecimento do ofício proporcionou ganhos de auto-estima. A autonomia financeira possibilitou a realização do sonho da casa própria, ainda que este sonho esteja mais no âmbito da família do que para a mulher em particular.

2) econômico – proporcionou condições mínimas de sobrevivência com o acesso ao trabalho, renda e consumo. Muito embora a renda das beneficiadoras seja inferior a das pescadoras/es.

Em termos sociais e políticos, fundamentais para se alcançar um estado de empoderamento, observaram-se algumas dificuldades:

1) social – pouco acesso a educação formal e não formal. Ainda que exista um saber local como é o caso, por exemplo, do beneficiamento e acondicionamento da piaba em bandejas de isopor com filme plástico.

2) político – centralização do poder de decisão nas mãos de poucos. Apropriação indevida dos benefícios conquistados coletivamente. Isso tudo em decorrência de uma cultura de negação dos sujeitos, baseada no utilitarismo e no assistencialismo, que não coadunam com os princípios democráticos do associativismo.

A mudança desse quadro requer a (des)construção, sob princípios democráticos e pedagógicos, da concepção assistencialista de associativismo que prepondera na associação. Contudo, esse entendimento tem que partir necessariamente dos próprios associados. Pois não há como ajudar alguém que não se ajuda ou não quer ser ajudado. Isso implica em estabelecer um novo patamar nas relações internas da associação, uma nova postura que enfrente os interesses de alguns em benefício de todos e que rompa com o comodismo e a inércia.

Iniciativas que estimulem práticas de cooperação e solidariedade poderão contribuir para restabelecer a ordem democrática na associação. Intercâmbios com outras

associações, mais consolidadas do ponto de vista democrático, também poderão contribuir nesse sentido. Também poderia concorrer para a superação desse quadro a disponibilização de uma assistência técnica permanente que prime pela troca de conhecimentos, pelo respeito aos/as pescadores/as enquanto indivíduos detentores de saberes e que atue como mediadora dos conflitos e impasses inerentes ao processo de mudanças. Da mesma forma que desencadeiem práticas ambientalmente sustentáveis e que contribuam para a segurança alimentar e nutricional, seguindo não apenas os padrões da vigilância sanitária, mas promotora de melhores condições de saúde e de vida para a comunidade local. Por fim, se faz necessária uma presença mais atuante dos gestores públicos para o pleno alcance de direitos sociais como acesso ao conhecimento, a cultura e a educação de qualidade e de forma continuada, bem como de saúde e qualidade de vida com programas sociais e infraestrutura básica para a área rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, P. R.; BACHA, C. J. C. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960 – 1994. **Teoria e Evidência Econômica**, v. 7, n. 13, p. 9-24, nov. 1999. Disponível em: <http://www.upf.tche.br>. Acesso em: 07/02/11.

BRASIL. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional**: conceitos Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, 2006. 4 p.

CALLOU, A. B. F. **Extensão Rural**: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2006.

COSTA, A. A. **Gênero, poder, empoderamento das mulheres**. s/d. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf. Acesso em: 02/03/2012.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social. Um estudo sobre o programa a erradicação do trabalho infantil em Pernambuco**. 2004. Tese de doutorado (Programa de Pós Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

FERREIRA, V. A reestruturação da produção e o mundo das mulheres. In: **Caderno de Textos Gênero e Trabalho**. Salvador: REDOR, 2006.

GALVÃO, J. A. **Boas práticas de fabricação**: da despesca ao beneficiamento do pescado. Disponível em: http://ftp.sp.gov.br/ftppesca/IIsimcope/oficina_juliana_galvao.pdf. Acesso em: 29/03/2012.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. SEMINÁRIO NACIONAL PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE EMPODERAMENTO MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, 2007.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**: manual de ciências humanas. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LISBOA, T.K. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais.** SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8, 2008, Florianópolis (SC). Anais... Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf. Acesso em: 05/06/12.

MACIEL, M. C. R. A Economia solidária e suas contribuições para a construção do empoderamento das mulheres na Região Metropolitana do Recife. In: Mulheres, Economia Solidária e Cidadania. **Cadernos Feministas de Economia e Política**, Recife, n.5, 2009.

MACIEL, M. C. R. **Economia Solidária, extensão rural, desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional – algumas relações: um estudo de caso junto a cooperativa para o desenvolvimento sustentável de São Vicente Férrer-PE.** 154f. 2012. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório da propostas aprovadas na plenária final. Versão preliminar. CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR E REFORMA AGRÁRIA, 1, Brasília, 2012. Anais... Brasília: CONDRAF, 2012. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/condraf/noticias/item?item_id=9761165. Acesso em: 04/07/2012.

OBSERVATÓRIO AMBIENTAL DO SEMI-ÁRIDO. **Açude Saco I.** Disponível em: <http://observatorio-ambiental-uast.blogspot.com.br/2011/09/acude-saco-i.html>. Acesso em: 06/06/2012.

OLIVEIRA, A. L. **O processo de empoderamento de mulheres trabalhadoras em empreendimentos de economia solidária.** 121f. 2004a. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004b.

PASTORE, E.; POLESE, N. C.; PASTORE, L. M. O papel da mulher na agricultura diversificada e agroecológica: influências e mudanças nas relações de gênero. SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, 7, 2006, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2006.

PAULA, J. Parcerias para o desenvolvimento. In: **Geração de trabalho e renda, economia solidária e desenvolvimento local: a contribuição da Fundação Banco do Brasil.** São Paulo: Publisher Brasil, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, G.; BUARQUE, C. **O que é gênero?** In: VANIN, I. M.; GONÇALVES, T. Caderno de Textos Gênero e Trabalho. Salvador: REDOR, 2006. 209p.

VALOURA, L. C. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador.** Disponível em: http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire. Acesso em: 10/05/2012.

VEIGA, S.; RECH, D. **Associações: como construir sociedades sem fins lucrativos**. Rio de Janeiro: DP&A/Fase, 2001.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA, 2007. 61p.

COMO CITAR ESTE RELATO:

CHAGAS, Marco Gonçalo de Almeida; MATTOS, Jorge Luiz Schirmer de. Processo de empoderamento de pescadoras artesanais e beneficiadoras do pescado: um estudo de caso da comunidade Vila do IPA – PE. **Extramuros**, Petrolina-PE, v. 5, n. 2, p. 182-199, 2017. Disponível em: <informar endereço da página eletrônica consultada>. Acesso em: informar a data do acesso.

Recebido em: 13 Ago. 2017

Aceito em: 19 Set. 2017